



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA  
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-  
BRASILEIRA**

**INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS-IHL**

**BACHARELADO EM HUMANIDADES**

**EDUCAÇÃO POPULAR:  
AS CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE**

**MARIA CLEITYANE CORDEIRO LIMA**

Acarape- CE



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA  
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS

2017

**MARIA CLEITYANE CORDEIRO LIMA**

**EDUCAÇÃO POPULAR:  
AS CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE**

Projeto de pesquisa apresentado ao curso do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Leandro de Proença Lopes



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA  
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS

2017

## TERMO DE APROVAÇÃO

**MARIA CLEITYANE CORDEIRO LIMA LIMA**

### EDUCAÇÃO POPULAR: AS CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE

Projeto de Pesquisa julgado e aprovado para a obtenção do Diploma de Bacharel em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro – Brasileira.

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Nota: \_\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA:

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Leandro de Proença Lopes (Orientador)  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Ricardo Cesar Carvalho Nascimento  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Igor Monteiro Silva  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
(UNILAB)



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA  
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS

ACARAPE - CE

2017

Agradeço a Deus por sempre iluminar e guiar os meus passos. Aos meus pais Ricardo e Maria por nunca medirem esforços para que este sonho torna-se real. Aos meus irmãos, a minha irmã Hirla, Aos meus filhos, enfim, a todos os meus familiares por acreditarem em mim.

Ao Professor e Orientador Prof. Dr. Leandro de Proença Lopes, pelo apoio e



encorajamento contínuos na pesquisa, aos demais Mestres da casa, pelos conhecimentos transmitidos.

## RESUMO

O objetivo desse trabalho é conhecer as bases centrais da Pedagogia libertadora e as contribuições de Paulo Freire para Educação Popular, como proposta de intervenção na realidade educacional, uma busca no sentido de entender de forma mais profunda quais são os pressupostos da educação como um ato político e libertador. Pretende-se a realização de uma pesquisa exploratória, a partir de fontes documentais e experiências de trabalhos no campo da educação popular. Ao longo desse trabalho foi possível perceber que a educação cumpre um papel importante para transformação da realidade social, mas ela sozinha não é capaz de revolver todos os problemas das injustiças sociais, e por isso deve estar articulada com outros programas sociais como: moradia, saúde, trabalho digno, alimentação. Foi muito importante entender que uma educação comprometida com a humanização dos seres humanos é importante fazer a leitura de mundo, pois assim serão capazes de compreender como é o seu funcionamento nas questões estruturais, diferenças sociais, políticas, econômicas. A educação política é ainda defendida em todo o país e nos mais diferentes espaços sociais como escolas, organizações sociais, em comunidades populares. Faz-se importante continuar difundida essa ideia enquanto houver injustiça social. Durante o desenvolvimento desse trabalho foi importante perceber que a ideia da pedagogia libertadora continua muito viva e com seguidores em todo o Brasil e no mundo, pois continuar acreditando em uma educação voltada para conscientização e libertação da opressão.

**Palavras chaves:** Educação Popular, Oprimido, Conscientização, Libertação.

## SUMÁRIO

<a href="#">1. APRESENTAÇÃO</a>	7
<a href="#">2. JUSTIFICATIVA</a>	8
<a href="#">3. OBJETIVOS</a>	9
<a href="#">3.1 Objetivo Geral</a>	9
<a href="#">3.2 Objetivos Específicos</a>	9
<a href="#">4. MÉTODO</a>	9
<a href="#">5. REFERENCIAL TEÓRICO</a>	10
<a href="#">5.1 EDUCAÇÃO POPULAR</a>	10
<a href="#">5.2 ORIGEM DO PENSAMENTO DE PAULO FREIRE</a>	13
<a href="#">5.3 PRESSUPOSTOS DA EDUCAÇÃO COMO UM ATO POLÍTICO</a>	18
<a href="#">REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</a>	25

## 1. APRESENTAÇÃO

Este trabalho pretende explorar as contribuições de Paulo Freire para a Educação, com o intuito de melhor compreender a sua concepção de educação como um ato essencialmente político, analisando quais foram as influências na realidade brasileira.

Inicialmente o estudo será desenvolvido a partir da origem do pensamento de Paulo Freire, é uma busca de um entendimento de porque até a década de 50 no Brasil não havia uma proposta de educação de adultos para as camadas populares. Havia nesta época um reconhecimento de que a educação não significava mudanças nas condições de vidas das pessoas, era privilégio da elite e não democrática.

Entretanto, atualmente essa constatação de Paulo Freire continua ainda mantida, apesar de alguma mudança, mas parece continuar privilégio da classe mais favorecida e a classe trabalhadora ainda, em parte continua excluída, pois segundo dados oficiais (MEC, 2017) tem um grande índice de brasileiros não alfabetizados e sem acesso a outros direitos sociais, ou seja, a educação não ajudou ainda de forma significativa a propiciar mudanças nas vidas das pessoas oprimidas.

Num segundo momento será feito um estudo no sentido de entender o que Paulo Freire, afirmava de que a educação é um ato essencialmente político. Este é um assunto desafiador, cabe aqui, entender minimamente a afirmação de que a educação é um ato político, pois se faz necessário evitar um entendimento confuso, mais entender à sua essência. Qual é o sentido de que a educação política propõe para os jovens e adultos quais foram as constatações, movimentações da época que motivaram esse educador para ter uma proposta de intervenção na realidade social, política na realidade brasileira a partir da educação.

Num terceiro momento será feito um estudo no sentido de compreender qual é a proposta da educação como prática de liberdade. Faz-se necessário entender a proposta da educação libertadora como ideal de construção a partir do diálogo entre educando e educadores, a questão temática, a posição contrária à educação bancária, a relação do homem com o mundo, a questão da libertação dos oprimidos e também dos opressores.

Qual é a importância de formar educandos com visão crítica e com visão de mundo, conscientes de que no processo educativo eles são sujeitos ativos e não passivos, que todos sabem e tem cultura, enfim, serão abordados os aspectos da educação libertadora.

Este tema despertou-me interesse por experiência vivida, pois trabalhei com educação social nos programas Brasil Alfabetizado 2004, e Alfabetização Solidária-ALFASOL 2005, onde conheci muitos Freirianos, também comecei estudar as obras de Paulo Freire, e então percebi a sua importante contribuição para a prática de uma educação diferente, que defende a justiça social e uma sociedade humana e solidária.

A problemática desse estudo se manifesta por meio da seguinte indagação: Quais as contribuições de Paulo Freire para a práxis da educação popular?

Portanto, se faz necessário retomar essa ideia, pois sabemos que a nossa sociedade continua muito desumana, excludente, injusta e esse trabalho propõe uma retomada desse pensamento pedagógico com a participação da sociedade para a mudança.

## **2. JUSTIFICATIVA**

Faz-se importante a retomada de um debate nacional em relação à Educação tendo como base as contribuições de Paulo Freire, que concebe a educação como um ato essencialmente político, humano, libertador, dialógico, formador de consciência, contextualizado, que marca posição no mundo e de transformação social.

Causa preocupação saber que uma parte da educação brasileira nos dias atuais está mais preocupada em formar pessoas para o mercado de trabalho, sem compromisso com uma educação humana, política, formadora de consciência, que prepara para o exercício da cidadania.

Neste contexto é necessário reorganizar a educação com um propósito de mudança de rumo, que tem como objetivo contribuir para formação do ser humano crítico, consciente, atuante para mudança da realidade social e construção de

sociedade mais justa.

Contrária a essa mudança na educação, surge o movimento Escola sem Partido, criado em 2004 e transformado em Associação em 2015. Tal movimento impede o debate de gênero nas salas de aula, embasando seu discurso na aplicação de um ensino politicamente, ideologicamente e religiosamente neutro, visando o pluralismo de ideias, liberdade de crença e consciência por parte dos educandos.

### **3. OBJETIVOS**

#### **3.1 Objetivo Geral**

Conhecer as bases centrais da Pedagogia libertadora e as contribuições de Paulo Freire para Educação de Jovens e Adultos, como proposta de intervenção na realidade educacional.

#### **3.2 Objetivos Específicos**

- a) Analisar, por meio de estudo bibliográfico qual foi à influência da Pedagogia libertadora na Educação.
- b) Identificar, quais foram os resultados alcançados com o uso das práticas da Pedagogia Libertadora na educação.
- c) Detalhar qual é a realidade atual das práticas e tendências da Pedagogia Libertadora.

### **4. MÉTODO**

A Coleta de dados será feita por meio de leitura e análises de referências bibliográficas.

Os autores que serão estudados: Paulo Freire (1987), Moacir Gadotti (2011) e outros estudiosos do assunto.

A metodologia usada neste trabalho é de caráter bibliográfico, considerando-

se que este estudo fundamenta-se na pesquisa em livros, documentários e portfólios, onde se buscará um embasamento teórico para possibilitar que este trabalho tome forma para ser fundamento..

Marconi e Lakatos (2010) e Gil (2010), afirmam que o fim principal da pesquisa bibliográfica é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto, com o objetivo de permitir ao pesquisador o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações.

## **5. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **5.1 EDUCAÇÃO POPULAR**

A educação é um importante diferencial nos índices socioeconômicos, segundo Cardoso e Rubini (2009), da população brasileira. Segundo os mesmos autores, as condições de educação enfrentadas por gerações passadas tendem a se repetir, de forma que filhos de pessoas sem alfabetização ou com baixo nível de escolaridade têm menos probabilidade de atingir níveis de educação médio e superior, mormente de ter boas colocações no mercado de trabalho e, por conseguinte, de atingir um padrão de vida estável e confortável. Contrário a esta condição, os jovens de classes abastadas e com nível de educação superior tendem a não somente repetir os níveis das gerações anteriores como de obter as melhores colocações no mercado profissional, dominando funções privilegiadas e obtendo salários visivelmente superiores aos padrões médios.

A educação historicamente esteve atrelada a uma relação de desenvolvimento social, posto que nenhum país pode aspirar ao desenvolvimento e à independência sem um sistema de educação superior consistente, uma vez que a importância desse nível de educação cada vez maior, na medida em que o conhecimento é mais importante do que os recursos materiais como fator de desenvolvimento humano (BARBOSA, 2002).

Pestana (2001) complementa esta visão ao afirmar que a educação é, hoje, primordial tanto para o pleno exercício da cidadania quanto para o desempenho de atividades cotidianas, sendo também elemento essencial para tornar a sociedade

mais justa, solidária e integrada. A sociedade também tem atentado ao fato de que considerável número de pessoas não consegue acesso a uma educação adequada, situação que precisa ser mudada para o exercício pleno da cidadania.

Saraiva e Nunes (2011, p. 47) ressaltam que “[...] mais escolarização e qualificação são insuficientes para as exigências dos postos de trabalho”. Para Catani e Hey (2007 apud SARAIVA; NUNES, 2011, p. 47), “a questão de acesso à educação superior se embasa nas necessidades de maior qualificação no momento de se obter um emprego, e de melhor remuneração no mercado de trabalho.” Conforme Lucchesi (2005 apud SARAIVA; NUNES, 2011, p. 47):

A educação superior contribui para o desenvolvimento sustentável e a melhoria da sociedade como um todo, ao formar profissionais qualificados e capazes de satisfazer às necessidades de todos os setores de atividades humanas, e a disseminar o conhecimento por meio da sua difusão.

Segundo Lucchesi (2005), para o mercado de trabalho não é interessante apenas mais escolarização, o mercado não está tão voltado para dados estatísticos, para a visão de mercado é mais interessante melhor qualificação, capacitação e melhor remuneração. Para o autor a busca pelo acesso ao nível superior está mais fundada nos objetivos profissionais, concentrando-se na necessidade de melhor qualificação e remuneração melhor, agindo como o meio de equilíbrio da sociedade, ao possibilitar aos profissionais de nível superior a condição de um padrão de vida mais elevado.

A educação popular, ainda nesse aspecto social, para Saraiva e Nunes (2011), teve um papel fundamental na inclusão social, permitindo maior qualificação e o conseqüente acesso a melhores condições de trabalho e remuneração, tornando possível às pessoas de baixo poder aquisitivo terem acesso às atividades e hábitos sociais que antes eram bem mais difíceis.

Educação popular são termos utilizados para definir a pedagogia estudada por Paulo Freire, o qual relaciona com a educação das massas populares. Essa pedagogia é diretamente influenciada por uma ideologia socialista, que seria o mesmo que educação feita com o povo e para o povo, levando em consideração a realidade socioeconômica. Para Freire (1987) A educação popular pode acontecer tanto dentro como fora das instituições educacionais, tendo apenas que atender as

necessidades e interesses das camadas populares. Também se pode utilizar a expressão citada anteriormente, para aquela cujo currículo é pensado também pela própria população.

Conforme Leão (2007), os objetivos da Educação Popular voltam-se para a construção e equilíbrio da cidadania, dos valores e costumes sociais, bem como do enriquecimento da identidade cultural e ideológica, com base nos costumes e hábitos cotidianos. Uma definição sumária aplicaria o objetivo desse método como um meio de formar e desenvolver o cidadão a partir dele próprio, utilizando como ferramentas os valores e costumes dele e da sociedade em que ele vive.

Devido à projeção que a Educação Popular atingiu no cenário nacional, o método passou a ter mais atenção da sociedade e do meio acadêmico, atraindo a atenção de autores que dedicaram estudos e pesquisas sobre o tema, fator que contribuiu para o enriquecimento e expansão do método, bem como da difusão e formalização conceitual. A seguir serão apresentados alguns autores que defendem a educação popular.

Para Freire (2001) o maior objetivo da educação era conscientizar o aluno (em relação às parcelas desfavorecidas da sociedade), levando-os a compreender a situação de oprimidos e procurar agir em busca da própria libertação. Criticava a maioria das escolas, as quais utilizavam a, classificada por ele, Educação Bancária, e então, propôs uma prática diferente para as salas de aula, queria desenvolver a criatividade dos alunos. Ninguém ensina nada a ninguém, mas as pessoas também não aprendem sozinhas. Ele utilizava o construtivismo e acreditava em um aprendizado conjunto.

De acordo com Gadotti (2003) o método freiriano de educar apresenta uma grande distinção da educação convencional aplicada às crianças, o que chamou a atenção, foram os avanços obtidos segundo tal método. O mesmo autor define a teoria de Freire numa divisão de três momentos distintos, classificando-os pelo autor na seguinte ordem:

a) Investigação Temática – define o momento em que aluno e professor buscam, no cotidiano do educando, os elementos do vocabulário local, explorando a riqueza silábica e a importância desta riqueza no cotidiano social em que o aluno está inserido; este trabalho que pode ser feito por meio de encontros informais com

a comunidade e pelo convívio com os moradores de determinada região.

b) Tematização – é o momento de codificar e decodificar os vocábulos descobertos na Investigação Temáticas, criando assim temas de estudo, por meio de fatos interligados, levar a novos temas, cujo estudo agucem a curiosidade e estimulem o hábito da leitura.

c) Problematização – é o momento de superar o que foi levantado nas etapas anteriores, formalizar todo o processo que, até aquele momento, foi marcado pelo surreal, pela magia da descoberta; é o momento de tornar concreto o estudo obtido e aplicá-lo a teorias, política, cultura, e demais valores formadores da sociedade.

Gadotti (2003) define o método freiriano de educar, ressaltando como principais características a utilização dos valores locais como instrumento de educação e o respeito à regionalização popular, estabelecendo o limite da educação com os valores populares, de forma a usar tais valores para elaboração de um processo de educação eficiente e social; segundo Gadotti (2003), a relação de Freire com a educação popular está atrelada ao fato de a sociedade, os costumes populares serem o utilizado para se prestar a educação, tomando, assim, a adoção do termo “Educação Popular”.

Para Freire (1996) a educação popular como direito de todo cidadão é o mecanismo de sustentação da cultura. A democratização do ensino no Brasil teve grande impulso devido à visão freiriana de popularizar os métodos de ensino aplicados, tornando a educação um método aplicável, eficiente e contribuindo essencialmente para a democratização da educação no Brasil.

No cenário político, a educação popular foi, inicialmente, como arquétipo da educação pública, conforme Barbosa (2007), ao utilizar o conhecimento e os métodos de Paulo Freire como meios de expandir a educação no restante do país, com base no trabalho que Freire efetuou, inicialmente no Nordeste do Brasil e depois, politicamente formalizado no município de São Paulo, sendo referência e obtendo aplicação semelhante no restante do país; mantendo-se até os dias atuais como um método empregado em várias regiões do Brasil em outros países.

## **5.2 ORIGEM DO PENSAMENTO DE PAULO FREIRE**

A educação brasileira até a década de 50, praticamente não tinha proposta para as classes populares. Mas com a mobilização política de setores da sociedade as coisas começaram a mudar. Havia por parte dos educadores um reconhecimento de que a educação escolar não propiciava mudanças nas condições de vida das pessoas, pois não fazia um trabalho de conscientização dos trabalhadores, era uma educação antidemocrática e elitista. É neste cenário que surge o pensamento de Paulo Freire, como crítica ao sistema educacional que contribuía para manutenção da sociedade opressiva, mas principalmente para propor uma pedagogia que contribuísse para a transformação e justiça social (BEISEIGEL, 2010, p.8-9).

Segundo Beiseigel (2010) no final de 1962 e nos primeiros meses de 1963, Paulo Freire coordenou a Campanha de Alfabetização de Adultos empreendida pelo Governo do Rio Grande do Norte. Conforme relato de Carlos Lyra com limitado espaço político em Pernambuco, o educador aceitou a coordenação desse movimento para testar suas ideias sobre o processo de alfabetização de adultos, em mais larga escala no Rio Grande do Norte. Uma experiência piloto foi o programa para a cidade de Angicos. O Governo estadual articulou em torno da experiência de Angicos uma eficiente ação de propaganda, que entre outras consequências tornou Paulo Freire um educador bastante conhecido em todo o Brasil. Apoiada na rapidez obtida na fase inicial da alfabetização, a campanha empreendida adotou como sua marca às quarenta horas de duração dos trabalhos. Nos termos de uma campanha com um método inovador, capaz de alfabetizar o adulto em quarenta horas, iniciava, no Rio Grande do Norte, a redenção dos brasileiros pela via da educação.

Ao seu lado, inúmeros educadores saíram à luta, reinventando práticas políticas pedagógicas orientadas para um objetivo maior: aprimorar a ação política do educador que dispunha a construir uma sociedade mais justa. Viram todos eles, suas intenções serem abortadas pelas forças conservadoras que assumiram em 1964. Mas, a semente já estava plantada. Enquanto o trabalho de Paulo Freire ultrapassava fronteira, por aqui desenvolvíamos formas de resistência à opressão, como afirma Haddad (apud GADOTTI 2001, p.08).

Segundo Beiseigel (2010), Paulo Freire juntamente com outros educadores participou da constituição e início das atividades do Movimento de cultura Popular (CMP) de Recife, sendo considerado um importante movimento popular criado pelo

então prefeito Miguel Arraes. Freire assumiu a direção da divisão de pesquisa da nova entidade.

Nota-se que o autor como diretor de Divisão de Pesquisa do Movimento de Cultura Popular, teve como iniciativa a criação dos círculos de cultura que organizava os adultos das classes populares para que eles participassem das discussões dos temas e exame, assim sendo, garantia que os educandos exercitassem o direito de participação no processo educativo. Será que esse tipo de organização deu resultado? É evidente que essa organização deu resultado, pois a partir da experiência da organização popular, foi desenvolvido o trabalho de alfabetização de adultos com início na cidade de Angicos no Estado do Rio Grande Norte, que alfabetizou um grupo de pessoas em quarenta horas.

É notável o impacto da revolução que o método de alfabetização de adultos desenvolvido por Paulo Freire trouxe, com ênfase nas quarenta horas, que atendia as necessidades do Governo do Rio Grande Norte, mas também fica muito claro que o compromisso do educador era, além disso, fica evidenciado que a repercussão da rapidez da apropriação das técnicas de leitura pelos os analfabetos mobilizou várias campanhas de alfabetização em todo país e sensibilizou o Ministério da Educação. Este movimento foi interrompido pelo golpe militar de 1964 e precisou ser retomado para continuar alfabetizando jovens e adultos de forma crítica, conscientizadora, libertadora, humana e em defesa da justiça social.

Os jovens e adultos trabalhadores lutam para superar suas condições precárias de vida (moradia, saúde, alimentação, transporte, emprego etc.) que estão na raiz no problema do analfabetismo. O desemprego, os baixos salários e as péssimas condições de vida comprometem o processo de alfabetização dos jovens e adultos (GADOTTI, ROMÃO, 2011, P.31).

É importante observar nessa citação que a educação não pode ser desvinculada das outras questões sociais, entretanto, existe uma crença de parte da sociedade que uma boa escola é capaz sozinha de resolver todos os problemas dos analfabetos. Assim, entendemos que a educação é parte integrante das políticas públicas e só será capaz de produzir resultados positivos, aliada com moradia digna, saúde para todos, alimentação adequada e salários justos.

Paulo Freire afirma que é importante fazer a leitura crítica do mundo, não

importa inclusive que as pessoas não façam ainda a leitura da palavra. A Educação Popular, mesmo sem descuidar da preparação técnica profissional dos grupos populares, não aceita a posição de neutralidade política com que a ideologia modernizante reconhece ou entende a Educação de Adultos. Respeitando os sonhos, as frustrações, as dúvidas, medos, desejos dos educados, jovens, adultos, os educadores e educadoras populares têm neles o ponto de partida para a sua ação. Os educados se envolvem em processos educativos de alfabetização com palavras pertencentes à sua experiência existencial.

Segundo o autor, compreendia que posta em prática, a Educação Popular pode ser socialmente percebida como facilitadora da compreensão científica que grupos populares e movimentos podem e devem ter acerca de suas experiências. Esta é uma das tarefas fundamentais da educação popular de corte progressista, a de inserir os grupos populares no movimento de superação do saber do senso comum pelo conhecimento mais crítico. Este movimento de superação do senso comum implica uma diferente compreensão da história. Implica entendê-la e vivê-la, como tempo de possibilidade, o que significa a recusa a qualquer explicação determinista e fatalista da História. Nem o fatalismo que entende o futuro como repetição quase inalterado do presente nem do fatalismo que percebe o futuro como algo pré-datado de acordo com Freire (apud Gadotti, 1995, P.16).

Percebe-se, que governantes sem compromisso com a educação limitam espaço para um método de educação inovador, que tem compromisso com uma educação, que estava tornando-se referência no Brasil, pois os brasileiros descobriram que havia outra educação, que ouvia o que eles diziam e partia da realidade deles e não só da vontade de um governante ou da realidade do educador. Fica claro que quem se opõe com a proposta de educação de Paulo Freire, é porque quer contribuir para a manutenção de parte das pessoas excluídas socialmente e oprimida.

A questão da democratização da cultura, dentro do quadro geral, tinha necessariamente a preocupação aos déficits quantitativos e qualitativos da nossa educação.

Estes déficits, realmente alarmantes, constituem obstáculos ao desenvolvimento do país e à criação de uma mentalidade democrática. São termos contraditórios ao ímpeto de sua emancipação. Há mais de 15 anos vinha sendo

acumulado experiências no campo da educação de adultos, em áreas proletárias, urbanas e rurais (FREIRE, 1981, p.101-102).

Para Freire, desde logo, deveria ser afastada qualquer hipótese de uma alfabetização puramente mecânica. O mesmo autor pensava a alfabetização do homem brasileiro, em posição de tomada de consciência, na emersão que fizeram no processo de nossa realidade. Em um trabalho, em que se tentasse a promoção da ingenuidade em criticidade, ao mesmo tempo em que ocorresse a alfabetização. (FREIRE, 1981, p, 104).

Segundo Paulo Freire (1981) era importante uma alfabetização direta e realmente ligada à democratização da cultura, que fosse uma introdução a essa democratização. Numa alfabetização que, por isso mesmo, o homem não fosse paciente do processo, mas sujeito. Por isso é que é própria da consciência crítica a sua integração com a realidade.

Percebe-se que o autor, defendia a democratização da educação no acesso quantitativo, mas também qualitativo com tomada de consciência no sentido de sua emancipação social, uma educação para a criação e recriação e para isso a educação não poderia ser feita de cima para baixo, como imposição, mas sim de dentro para fora, pelo próprio analfabeto, apenas com a mediação do educador.

Nota-se que quando Paulo Freire afirma que no processo de alfabetização o homem não fosse um paciente, fica clara uma oposição à educação bancária, que não permite que os educandos sejam sujeitos ativos na construção de conhecimento, mas sim, receptores de um saber pronto e transmitido de forma antidemocrática pelos educadores bancários.

A visão bancária anula o poder criador dos educandos ou minimiza, estimulando sua ingenuidade e não sua criticidade satisfaz os interesses dos opressores: para estes, o fundamental não é desnudamento do mundo, a sua transformação. O seu "humanitarismo" e não humanismo está em manter a situação que é beneficiária e lhe possibilita a manutenção da falsa generosidade (FREIRE, 1987, p.68-69).

Ao contrário da "bancária", a educação problematizadora, responde à essência da consciência, que é sua intencionalidade, identifica com o próprio cerne da consciência, rompe com os esquemas verticais característicos da educação bancária. Assim o educador já não apenas educa, mas enquanto educa, é educado,

em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa (FREIRE, 1987, p.73).

O educador nos ensina a real necessidade da leitura crítica na alfabetização, para que o educador vivencie o seu fazer, dentro da prática concreta de libertação e construção da história. Para isso considera o educando, num processo de criação no qual ele é o sujeito, o trabalho da leitura e sua importância na compreensão crítica de alfabetização e do papel de uma biblioteca popular.

A aprendizagem da leitura e a alfabetização são atos de educação e a mesma é um ato fundamentalmente político. A educação deve ser vivenciada como uma prática concreta de libertação e de construção da história, sendo o único caminho para a construção de uma sociedade sem explorados e exploradores.

Com relação à necessidade que temos de educadores e educandos, de ler, sempre e seriamente, os clássicos neste ou naquele campo do saber, de criarmos uma disciplina intelectual, sem a qual inviabilizar nossa prática educacional, pois o processo de alfabetização tem, no alfabetizando, o seu sujeito.

Para Freire, o analfabeto é capaz de sentir a caneta e de perceber a caneta. “Eu, porém, sou capaz de não apenas sentir a caneta, mas de escrever caneta, de ler caneta, sendo a criação da expressão escrita da expressão oral.” (FREIRE, 2008, p.19).

### **5.3 PRESSUPOSTOS DA EDUCAÇÃO COMO UM ATO POLÍTICO**

Toda educação é política. Segundo (STRECK, ZITKOSKI, 2010) para Paulo Freire, a educação é um ato essencialmente político, que marca posição no mundo, diante das realidades sócio-históricas já constituídas e que, por isso mesmo, demanda novas ações, de intervenção, rupturas e de transformação social.

A política dá sentido à utopia de construção de uma nova sociedade livre, solidária e aberta a todos. Esse projeto quer uma pedagogia da luta política que deve ser elaborada no processo da luta libertadora que os oprimidos precisam tratar historicamente para superar os diferentes contextos e estruturas sociais de opressão que os desumanizam. Por essa razão, não há receitas prontas de como se desencadeará o processo político libertador, mas há a exigência do cultivo da

dialogicidade entre intelectuais e líderes do povo e a classe popular para que possam superar as práticas que reproduzem a opressão social por uma nova cultura humanizadora (STRECK, ZITKOSKI, 2010, p.20-22-23-24).

A afirmação de Paulo Freire de que toda educação é política, é no sentido de formação de consciência dos educandos, não é neutra, pois numa sociedade desigual socialmente a educação serve ao interesse de uma classe e exerce um papel ideológico em favor de alguém.

É notável de que apesar da constatação do autor, desde o início da década de 60, até os dias atuais a educação continua sendo privilégio de uma classe favorecida, não contribuindo de forma significativa para a transformação social.

O mesmo autor afirma que a política dá sentido à utopia, entende-se de que ele acreditava que por meio da educação seria possível fazer uma mudança social, libertando as pessoas da opressão e, logo, teremos uma sociedade mais humana, mais justa e a construção de um mundo mais bonito. Isso eram sonhos, mas era preciso lutar para a concretização da transformação social.

Um desses sonhos para que lutar, sonho possível, mas cuja concretização demanda de coerência, valor, tenacidade, senso de justiça, força para brigar, de todas e de todos os que eles se entreguem, é o sonho por um mundo menos feio, em que as desigualdades diminuam em que as discriminações de raça de sexo, de classe sejam sinais de vergonha e não de afirmação orgulhosa ou de lamentação cavilosa. No fundo é um sonho sem cuja realização a democracia de que hoje falamos, sobretudo hoje é uma farsa. (FREIRE, 2001, p.25).

Não haveria exercício ético democrático, nem sequer se poderia falar em respeito do educador ao pensamento diferente do educando se a educação fosse neutra, vale dizer, se não houvesse ideologias, política e classes sociais. Falaríamos apenas de equívocos, de erros, de inadequações, de obstáculos epistemológicos no processo de conhecimento, que envolve ensinar e aprender. A dimensão ética se restringiria apenas à competência do educador da educadora, à sua formação, ao cumprimento de seus deveres docentes, que se estenderia ao respeito à pessoa humana dos educandos. (FREIRE, 2001, p.21)

Nota-se, que o exercício ético da educação não se concretiza sem levar em conta os saberes dos educandos, pois há uma defesa nesse pensamento de que os

educandos têm saberes, constroem conhecimentos, o saber não está centrado só no educador, mas a sua construção deve ser de forma compartilhada e na relação do homem entre si e com o mundo. Logo percebemos que o exercício ético em nossa sociedade não é total, porque ainda existe uma prática do poder absoluto por uma classe dominante, que impõe aos dominados a sua cultura, seus saberes e conhecimentos e negando uma participação democrática no processo educativo, um não respeito aos saberes popular.

Paulo Freire fala de ética em postura substantivamente democrática no sentido de que a prática educativa orienta opções, refere-se que prática do educador não é só de transferir conhecimentos, mas também sim de respeito ao pensamento dos educandos.

Entretanto, atualmente persiste na educação brasileira uma prática de não reconhecimento e respeito aos saberes dos educandos, um exercício de uma docência nem sempre democrática. Desta forma, a educação não cumpre o seu papel político com objetivo de formação consciente, participativa, mas em um mundo desigual, em que às vezes impõe uma contradição entre o educador e educando.

A natureza formadora da docência, que não poderia reduzir-se ao puro processo técnico mecânico de transferir conhecimentos, enfatiza a exigência ética democrática do respeito ao pensamento aos gostos, aos receios, aos desejos, à curiosidade dos educandos. Respeito, contudo, não pode eximir o educador, enquanto autoridade, de exercer o direito de ter o dever de estabelecer limites, de propor tarefas, de cobra execução das mesmas. Limites sem os quais as liberdades correm risco de perder-se na licenciosidade, da mesma forma como, sem limites, a autoridade se extravía e vira autoritarismo (FREIRE, 2001, p. 22).

Segundo Freire (2001), temos que reconhecer que se, de um ponto de vista progressista a prática educativa deve ser coerentemente, um fazer desocultador de verdade e não ocultador, nem sempre o é do ponto de vista do reacionário. E se o faz, o será de forma diferente. É que há formas antagônicas de ver a verdade, a dos dominantes e a dos dominados. No fundo, ocultador ou desocultador de verdades não é uma prática neutra.

De acordo com o autor, um educador progressista deve ser coerente com a prática no sentido de não de ser contraditório, pois à prática educativa deve servir de ajuda para construir um conhecimento que ilumine a consciência das pessoas, em

que a educação sirva de suporte para que os educandos façam uma leitura de mundo, mas o que vemos na maioria das vezes na prática educativa regida por um sistema político, econômico e social desigual, muito preocupada com uma formação técnica e leitura somente da palavra sem a leitura de mundo.

O autor faz uma defesa de que a educação motive sempre no rumo de um ser humano com plenitude à construção de uma ação para a cidadania, capaz de ser sujeito no processo de libertação da opressão.

A leitura de mundo é tão importante porque tem a ver diretamente com as possibilidades que se percebem no sentido da transformação da realidade e, eventualmente, de criação de uma realidade diferente. Qualquer projeto novo ou alternativo de sociedade só será viável se partir da visão clara daquilo existe e se conseguir ver nas dificuldades o que Freire chama de situações limites, ou seja, as possibilidades emergem dos próprios obstáculos quando vistos como produtos históricos e não como obra do destino (STREK, 2010, p.40).

A citação do autor de extrema importância para uma reflexão e ação por meio da educação, pois por meio da leitura de mundo, entendemos como é o seu funcionamento nas questões estruturais, diferenças sociais, econômicas. Isso nos remete a questionar em um modelo de educação de que apenas treine as pessoas para uma prática técnica, não conscientizadora e se faz necessário à defesa para um exercício pleno da cidadania que só será possível com o conhecimento da realidade social.

Segundo Brandão (1981) um dos pressupostos do método é a ideia de que ninguém educa ninguém e ninguém se educa sozinho. A educação, que deve ser um ato coletivo, solidário, um ato de amor, dá para pensar sem susto, não pode ser imposta porque educar é uma tarefa de troca entre as pessoas e, se não pode nunca ser feita de sujeito isolado, até a autoeducação é um diálogo à distância, não pode ser também o resultado do despejo de quem supõe que possui todo o saber, sobre aquele que, do outro lado, foi obrigado a pensar que não possui nenhum saber.

De um lado e de outro do trabalho em que se ensina e aprende, há sempre educadores, educados e educandos e educadores. De um lado a lado se ensina. De lado a lado se aprende.

De acordo com a citação do autor que fala da ideia de que ninguém educa ninguém e ninguém se educa sozinho é um pressuposto importante, pois leva em consideração de que a educação não é feita a partir de uma única referência, ou seja, ele não aceita de que um educador ou sistema educacional como os únicos que possuem saberes. Sabe-se que ainda nos dias atuais continua existir uma cultura de que a educação é um processo construído por ações, ou referências individuais e na maioria das vezes não considera este um ato coletivo, sem considerar que todos tem saberes.

É comprovado pela citação do autor de que a educação pode ser desenvolvida levando em consideração aos saberes de todos educadores e educados

#### **5.4 PEDAGOGIA LIBERTADORA**

A pedagogia libertadora, também conhecida como pedagogia do oprimido, consiste na educação voltada para conscientização da opressão, que permitiria a consequente transformadora. Após seu bem sucedido projeto de alfabetização de adultos no nordeste brasileiro ter sido desmontado pela ditadura militar, freire foi obrigado a exilar-se por quatorze anos inicialmente no Chile, em vários países da África, Suíça e Nicarágua. Seu método de alfabetização o tornou conhecido e respeitado em toda parte do mundo. (ARANHA, 2006, p.273)

Segundo a autora Paulo Freire distingue dois tipos de pedagogia: a pedagogia dos dominantes, na qual a educação existe como prática de dominação, e a pedagogia do oprimido, como tarefa a ser realizada, na qual a educação representa a prática da liberdade. A dificuldade do processo está no fato de que geralmente não é claro, para classe dominante que ela seja opressora. Do mesmo modo, os oprimidos costumam introjetar sua pretensa inferioridade, não reconhecendo à opressão.

Assim como o opressor para oprimir precisa de uma teoria de ação opressora, os oprimidos, para libertar-se, necessitam igualmente de uma teoria de sua ação. O opressor elabora a sua teoria de sua ação, necessariamente sem o povo, pois que é contra ele. O povo, por sua vez, enquanto esmagado e oprimido, introjetando o opressor, não pode sozinho, construir a sua teoria de sua ação libertadora.

Somente no encontro com liderança revolucionária, na comunhão de ambos, na práxis de ambos, é esta teoria se faz e refaz (FREIRE, 1987, P.183).

Nota-se que a elite brasileira sem nenhum compromisso com uma educação transformadora, por meio de um regime autoritário tratou de desmontar esse bem sucedido projeto de alfabetização, pois ela sabia que não só tratava da questão de só alfabetizar, era também uma forma de questionar o sistema de educação vigente na época que não politizava ninguém, que era privilégio de poucos, havia um grande índice de analfabetismo. Uma constatação importante é quando a autora refere de que não é claro para a classe dominante que ela seja opressora. Custa acreditar nessa afirmação, pois parece claro para a classe dominante de que ela é sim opressora.

Segundo Gadotti (1995) se a educação reproduz a sociedade, não poderia transformar que produz. E não haveria nenhuma educação transformadora. A pedagogia libertadora é possível porque, mesmo num sistema educativo construído para a reprodução, em que a educação reproduz a sociedade, ela existente, possibilitando uma pedagogia libertadora. É possível uma educação que tente participar do processo de transformação da sociedade que a mantém? O que seria uma educação transformadora?

As questões levantadas pelo autor não são fáceis de serem respondidas, mas servem para fazermos uma reflexão. É possível uma educação transformadora porque se ela reproduz o que há na sociedade, pode inverter o processo com uma atuação coletiva, atuando no sentido de produzir saber, conhecimento e ajudar a transformar a sociedade. A questão fundamental é um entendimento do que seria uma educação transformadora. Nela seria importante uma atuação de forma crítica, colocando-se contra as injustiças sociais, sendo contrária as ações desumanas. Não basta apenas detectar os problemas que causam as relações desiguais, mas também propor ações transformadoras. Faz-se necessário entender de que a educação atuando isolada não conseguirá a transformação, pois isso depende da participação de todos os interessados, também deve haver uma relação com ações de outras políticas que devem atender os direitos sociais dos cidadãos, assim diminuindo as injustiças.

A pedagogia tem de ser forjada com ele (o oprimido) e não para ele, enquanto

homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. A pedagogia que faça da opressão e de, suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação em que esta pedagogia se fará (FREIRE, 1987, P.32).

Uma constatação importante na citação do autor é que a pedagogia tem que ser forjada com o oprimido, isso não é uma tarefa fácil, porque nem sempre essa ideia é aceita por parte de educadores ou sistema educacional. A ideia de que a pedagogia forje com oprimido na luta pela recuperação da sua humanidade, entende-se de que ele deve ser sujeito ativo no processo de mudança e não passivo.

Segundo Freire (1987) parece indiscutível é que, se pretendemos a libertação dos homens, não podemos começa por aliená-los ou mantê-los alienados. A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis, que implica na ação e na reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Exatamente porque não podemos aceitar a concepção mecânica da consciência, que a vê como algo vazio a ser cheio, um dos fundamentos implícitos na visão bancária criticada, é que não podemos aceitar.

A visão da liberdade tem nesta pedagogia uma posição de um relevo. É a matriz que atribui sentido a uma pratica educativa que só pode alcançar efetividade e eficácia na medida da participação livre e critica dos educandos. É um dos princípios essenciais para a estruturação do círculo de cultura, unidade de ensino que substitui a escola autoritária por estrutura tradição. Busca-se nos círculos de cultura, peça fundamental no movimento de educação popular. O coordenador quase sempre um jovem, sabe que não exerce as funções de professor e que o diálogo é condição essencial de sua tarefa, a de coordenador, jamais influir e impor (FREIRE, 1981, P.5).

É evidente de que se uma educação propõe atuar no sentido da libertação dos homens não pode contribuir para mantê-los alienados, pois se assim fosse esse pressuposto seria falso. Uma educação que pretende libertar os homens da opressão deve levar em consideração em sua prática de que os educando tem saberes construído e não é uma tabula rasa que nada saber.

De acordo com o autor que uma educação só pode ter efetividade com a participação livre e critica dos educados. Entretanto, para ser alcançada essa efetividade, será preciso lutar por um modelo de educação democrática. Mas sabe-

se também que na atualidade vivemos numa sociedade desigual e por isso uma educação com princípios de democracia, significa mudar a relação de desigualdade social. Essa lutar parece não ser fácil, porque significa lutar para modificar as estruturas que produzem as desigualdades. A questão da democracia não é nova, deve continuar a fazer parte dos sonhos dos lutam e desejam efetivar a libertação.

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se compromete com a libertação não pode fundar-se numa copleensão dos homens como seres vazios, a quem o mundo se encha de conteúdos, não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicista, compartimentada, mas nos homens como corpos conscientes e na consciência intencionada ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo (FREIRE, 1987, P.67).

O autor conceitua a pedagogia da libertação caracterizada em concepções contrárias. A primeira concepção bancária e a segunda e problematizadora. A primeira o educador é a referencia do saber e educando é aquele nada sabe. A concepção de educação problematizadora defende que o educador e o educando sejam atores no processo educativo por meio do diálogo, pois todos saber e aprendem juntos. Nessa pedagogia o que predomina é o diálogo, há uma troca de saberes entre educadores e educados, assim ambos aprendem, constroem conhecimento.

Por isto, o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca ideias a serem consumidas pelos permutantes. (FREIRE, 1981, P. 89-91)

De acordo com a citação do autor de que diálogo é uma exigência existencial, significa que haverá uma integração entre alunos e professores no desenvolvimento do processo educacional, estabelece uma relação de confiança, a prática educacional não feita de cima para baixo de forma imposta.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Lucia Arruda. **Filosofia da Educação** - 3ª Ed. São Paulo, Moderna, 2006

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que Método Paulo Freire**. 2ª ed. São Paulo . Brasiliense, 1981.

CARDOSO. José Álvaro de Lima; RUBINI. Moacir Pedro. **A Importância da Educação na Desigualdade Social Brasileira**. Sinpronorte, 2009. Disponível em <[http://www.sinproblu.org.br/noticias\\_item.asp?codigo=164](http://www.sinproblu.org.br/noticias_item.asp?codigo=164) >

FREIRE, Paulo. **A importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam**. 49ª ed. São Paulo, Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **Política e Educação: Ensaio**. 5ª ed. São Paulo, Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**, 17ª. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Educação como Prática da Liberdade**. 12ª Ed. Rio de Janeiro, 1981.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Convite à leitura de Paulo Freire**. 2ª Ed. São Paulo: Scipione, 2001.

GADOTTI, Moacir. **Teoria, Método e Experiências Freirianas**. Orientado a objetos. In: FÓRUMS EJA BRASIL. 2003. Arquivo digital. Disponível em <<http://forumeja.org.br/node/590>>

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, Eustáquio, **Educação de Jovens e Adultos: Teoria, Prática e Proposta**. 12ª ed. São Paulo, Cortez, 2011.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Práxis**. São Paulo, Cortez, 1995.

LEÃO, Eneida. **Educação Popular e Participação: Um problema Pós Moderno?**. Expressiva, 2007. Disponível em <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/16407/12206>>

LUCCHESI, M.A.S. **La universidad en el contexto de la postglobalización: políticas públicas para la universidad brasileña en el umbral del siglo XXI**. Educere. Mérida, 2005, v. 9, n. 29, p. 199-206.

ONOFRE, Joelson Alves. **Educar Para Uma Sociedade Inclusiva**. Brasil Escola, 2012.

Disponível em <http://meuartigo.brasescola.com/educacao/educar-para-uma-sociedade-inclusiva.htm>

PESTANA, M.I.G.S. **Avaliação educacional – o sistema nacional de avaliação da educação básica**. In: CARVALHO, M.C.B. et al. Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 2001. 3ª ed. p. 53-63.

**Revista História da Pedagogia**. São Paulo. Ed. Segmento, 2010.

SARAIVA. Luiz Alex Silva; NUNES. Adriana de Souza. **A Efetividade de Programas Sociais de Acesso à Educação Superior: O Caso do PROUNI**. Rio de Janeiro: RAP.2011.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas,2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.